

AS CRISES DA MONARQUIA E O MOVIMENTO REPUBLICANO

MARIA THERESA SCHORER PETRONE

No início deste século, uma viajante americana descreveu suas experiências no Brasil num livro denominado "The New Brazil" ⁽¹⁾. Esse "novo Brasil" teria início em 1889 com a proclamação da República. Um historiador moderno — Bradford Burns — batiza um capítulo de sua obra — "A History of Brazil" ⁽²⁾ de "O novo Brasil", aproveitando-se da sugestão da viajante do início do século. Na consciência dos contemporâneos da proclamação da República e da sua consolidação parece realmente estar bem presente essa condição de "novo" na política e administração do Brasil, não se devendo esquecer o aspecto econômico e social.

Podemos, entretanto, recuar para pelo menos 1850 o aspecto de "novo" que apresenta a vida brasileira. Datam desta época uma série de transformações que vão mudar completamente o aspecto ainda bastante colonial do Brasil. Em primeiro lugar devemos ressaltar a proibição efetiva do tráfico de escravos que, sem dúvida, dá um golpe à instituição escravocrata, permitindo a passagem para relações mais modernas de trabalho. A instituição de novos sistemas de trabalho na grande lavoura foi tentada pela primeira vez por Vergueiro em 1848 com a colônia de parceria. Nesse meado de século ainda ocorrem outras transformações que estão dentro de uma nítida evolução modernizadora. Assim, podemos citar entre outras as tentativas de organização industrial iniciadas por Mauá, a instalação das primeiras estradas de ferro, a organização do Banco do Brasil e a subsequente organização de uma rede bancária. Aparece, igualmente, a primeira tentativa de proteção alfandegária com

⁽¹⁾ Wright, Marie Robinson — *The New Brazil*, George Barrie Sons, Filadélfia, 1907.

⁽²⁾ Burns, E. Bradford — *A History of Brazil*, Columbia University Press, New York, 1970.

a lei Alves Branco em 1844. Telégrafo e navio a vapor vão ligar o País ao resto do mundo, tornando mais rápida a difusão das notícias e das novas conquistas científicas e técnicas. Ainda convém lembrar a famosa "lei de terras" que também é responsável pela desagregação de uma parte da herança colonial, já que impede a doação de terras a título gratuito.

Se essa lei pode servir de argumento para uma interpretação no sentido de apresentá-la como resultado da pressão dos grandes latifundiários para impedir a doação gratuita de terras ao imigrante no núcleo colonial, não deixa de ser verdade que também procurou moralizar a ocupação de terras devolutas o que, entretanto, nem sempre se conseguiu. Dentro desse quadro de transformações modernizadoras que marcam a metade do século XXIX ainda se pode citar a criação em 1860 de um ministério da agricultura, a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que constituiu um marco na evolução da organização administrativa, não se devendo esquecer que nações européias ainda não contavam com tal órgão de administração — a França, por exemplo, criou seu ministério da agricultura apenas algumas décadas antes (1836).

Essas inovações todas levam a uma modernização incipiente da sociedade brasileira, a qual, graças à rápida propagação dos cafezais, vai contar com nova base econômica. Data de 1850 o avanço dos cafezais para o interior de São Paulo, ocupando o que na época se chamava de "o oeste". Aliás, foi a rápida propagação da cultura do café pelos arredores da baía de Guanabara e pelo vale do Paraíba fluminense e paulista que forneceu a base econômica para todas essas transformações que se fazem sentir em meados do século passado. Com o avanço dos cafezais, principalmente pelo oeste paulista, surge também uma nova classe de fazendeiros com mentalidade empresarial nitidamente capitalista. Essa classe nova que surge no oeste paulista aplica seus capitais em ferrovias, obras urbanas, bancos e numa incipiente industrialização. Ao lado dessa "classe" diferente, surge uma mão-de-obra livre que aos poucos também vai constituir um grupo de pressão econômica, ideológica e socialmente falando.

Viu-se, portanto, que em meados do século, o Brasil tinha enveredado por um caminho que de certa maneira poderia levar a uma desagregação da herança colonial, apresentando já uma série de elementos que indicavam uma nítida tendência modernizadora. Trata-se de grande renovação econômica e técnica, ao lado da qual aparece também um arrefecimento dos problemas políticos. É a Conciliação que se inicia com o gabinete Paraná em 1853. Não concordando inteiramente com as idéias de J. Honório Rodrigues ⁽³⁾ de que a conciliação política não repercutiu beneficentemente nas transformações econômicas, pode-se apenas citar as grandes mudanças ocorridas no aparelhamento material do País na década e meia que se segue à conciliação política.

Apesar dessas tendências de modernização, dessa euforia econômica e da melhoria da infra-estrutura do País aparecem nos fins da década de 1860 os

primeiros sinais de crises, crises essas que apresentam os mais variados matices e que são de origens as mais diversas. Essas crises vão encontrar seu desfecho com a proclamação da República, embora nem todas tenham sido resolvidas com a mudança do regime.

1 — *A crise de consciência* aparece com certa gravidade desde o início do primeiro Reinado. O Império não contava com uma ideologia que pudesse sustentá-lo, fato esse que já se percebe desde a proclamação da Independência. Essa crise fez-se sentir mais abruptamente na época da Regência quando várias ideologias se entrecrocavam parecendo em determinado momento certa a vitória da idéia republicana, tanto é que os historiadores costumaram apelidar o período entre a abdicação de D. Pedro I e a maioria de "experiência republicana". A falta de uma ideologia eficaz e bem estruturada foi responsável, em grande parte, pelo renascimento de idéias republicanas e pela propagação de filosofia positivista na segunda metade do século XIX. Essa última tem uma aceitação relativamente grande, graças a ausência de uma ideologia que justificasse, frente às consciências do homem da segunda metade do século XIX, o regime político vigorante com todas as suas implicações, incluindo a religião de Estado.

Além da ausência de uma ideologia que justificasse o Império, aparecem outros fatores que tornam a crise de consciência mais aguda. Um dos aspectos é a consciência de que a Monarquia é um regime não americano, transplantado sem raízes para o novo mundo, diferenciando o País de todos os outros do Continente. Esse problema se torna mais consciente a partir das guerras platinas e paraguaia em que o exército conheceu outros regimes políticos. Aliás, no próprio manifesto republicano de 1870 faz-se referência ao aspecto exógeno da monarquia no Brasil, o que vem demonstrar a importância do fato na consciência dos brasileiros de 1870.

No aspecto cultural também se pode perceber muitos indícios da crise. Data, por exemplo, da última década do Império a transição para o Parnasianismo e Realismo na poesia e ficção. Em 1885, José Veríssimo inicia a publicação dos seus *Estudos de Literatura*; em 1888, Sílvio Romero publica sua *História da Literatura Brasileira* e Olavo Bilac escreve as *Poesias*. Trata-se, apenas, de alguns aspectos que ressaltamos, mas que demonstram a inquietação que dominava as consciências nesse fim de Império e que, de certa forma, influenciaram ou sofreram influência das idéias republicanas.

Naturalmente essa crise repercute no campo das idéias sociais e econômicas. Por sua vez, os novos elementos da estrutura social e econômica do País exigem um novo aparelhamento intelectual. Daí a importância, tanto

(3) *Conciliação e Reforma no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

do positivismo, como do republicanismo. Todos os fatores, falta de ideologia que sustentasse a Monarquia, novos elementos sociais e econômicos que apareceram na vida brasileira, clamam por uma ideologia que pudesse não só resolver os problemas existentes, como explicá-los. O positivismo parecia naturalmente indicado para isso, embora nunca se tivesse preocupado com a realidade material, econômica ou social. Seria, como explica Sérgio B. de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, uma ideologia própria para o caráter nacional que acreditava numa evolução irrevogável, não havendo necessidade de se preocupar muito com a realidade e a necessidade de sua transformação.

2 — *Crise das instituições monárquicas* — Desde o início da Monarquia as instituições são criadas — mais ou menos — conforme o momento ou conforme o autor das críticas. Critica-se o poder moderador, a centralização, o sistema eleitoral. As críticas em geral partem de monarquistas, que as fazem ou em momentos de irritação e despeito, ou quando então sinceramente inclinados em reformar as instituições imperiais, inclusive para preservar a monarquia. Essas críticas todas serão aproveitadas pelos republicanos; aliás, basta ler o manifesto republicano de 1870 para se certificar disso. Uma das bandeiras dos republicanos é justamente a abolição do poder moderador e a descentralização. O federalismo era uma velha aspiração dos brasileiros, basta lembrar a Confederação do Equador e o Ato Adicional que procurou a descentralização. O curioso é que se trata justamente de um aspecto da herança colonial. As capitanias mantinham laços administrativos e econômicos com a Corte e raramente entre si. A vinda da Família Real muda esse panorama, fazendo confluir as preocupações administrativas e econômicas para o Rio de Janeiro, que apesar de ser a capital do vice-reinado desde 1763, não o era na prática. Os fundadores do Império procuraram unificar o País com uma constituição que centralizava os poderes. As províncias — antigas capitanias —, acostumadas a receber as ordens de Lisboa que ficava muito longe para poder exercer realmente ação fiscalizadora, não aceitaram de bom grado a interferência do Rio de Janeiro, que para eles era apenas outra capitania. Essa herança colonial de independência vai eclodir novamente com grande vigor na Regência. As idéias federalistas eram consideradas a salvação para muitos problemas para os quais não encontravam solução. Em 1840, entretanto, vence outra vez a corrente centralizadora, havendo uma revisão do Ato Adicional e a gradativa pacificação das revoltas que de uma ou outra forma tinham um programa baseado na federação. Foi essa reação centralizadora com a obra do primeiro Reinado, aliada às medidas já tomadas durante a estada de D. João V no Brasil, que impediu o desmembramento da antiga colônia portuguesa, ao contrário do que aconteceu com as colônias espanholas.

Outro aspecto que se criticava com certa freqüência era o sistema eleitoral do Império, que se pode incluir no "regime censitário", isso é, baseado numa renda mínima para dar a capacidade de eleitor ou de votante. Apesar de várias reformas, a última em 1881 e, apesar das constantes queixas con-

tra o sistema, poucas modificações foram realizadas. A reforma de 1881 referida acima — dentro do regime censitário — apenas tornou a votação mais simples eliminando a categoria dos votantes. À margem, convém ressaltar que no fim do Império menos de um por cento dos habitantes votava. Os republicanos aproveitavam-se dessas constantes críticas ao sistema eleitoral, tanto é que no famoso manifesto de 1870 fala-se em parlamento eleito pela participação de todos os cidadãos. Na constituição republicana, como é sabido, introduz-se o regime capacitário para determinar os eleitores, falando-se em voto universal, embora com algumas restrições.

Na crise das instituições aparecem ainda outros elementos que poderiam ser citados, mas que nos levariam demasiado longe, embora tivessem sido aproveitados pelos republicanos para a sua propaganda que visava solapar as instituições monárquicas. Apenas para citar mais um elemento: a vitalidade do senado.

3 — *A crise econômica.* Apesar de todo o progresso, principalmente da lavoura cafeeira, fazem-se sentir crises econômicas nas últimas décadas do império.

a) *A crise financeira.* A guerra do Paraguai, que terminou em 1870, consumiu grandes capitais que a vitória não conseguiu reaver devido à extrema pobreza do país vencido. A grande seca no Nordeste de 1877-1880 igualmente exigiu grandes somas, talvez iguais aos gastos da guerra do Paraguai. Crises mundiais têm seus reflexos no País, como a que se fez sentir na Europa e nos Estados Unidos em 1873 e repercutiu aqui por volta de 1875. A Monarquia não conseguiu organizar um sistema financeiro que pudesse resolver tais crises. As instituições não estavam suficientemente aparelhadas para enfrentar tais problemas. Assim recorria-se sempre a expedientes: emissões ou empréstimos. As emissões que foram feitas durante a guerra do Paraguai foram logo recolhidas mas, devido a esse recolhimento, já em 1875 sentia-se a falta de moeda circulante no País. As emissões geralmente causavam uma inflação que prejudicava de maneira decisiva a economia do País. Na última década do Império, há constantes reclamações contra as oscilações dos preços dos produtos de exportação (café, algodão e borracha), a falta de elasticidade do meio circulante e a deficiência da organização do crédito.

b) Além dessa crise, há também uma crise relacionada não só com os empreendimentos industriais, como com os bancários. Apesar de toda a modernização que se fez sentir a partir de 1850, o País não tinha um aparelhamento institucional que pudesse resolver tais problemas. Em 1864 temos a crise bancária em que quebra a famosa Casa Souto do Rio de Janeiro. Em 1875 Mauá vai à falência e com ele alguns bancos, inclusive uma filial bancária alemã. Ninguém procurou resolver esses problemas, a Coroa não toma conhecimento, Senado e Câmara não interferem e outros órgãos admi-

nistrativos igualmente ficam afastados. Nesse caso não havia, pode-se dizer assim, um aparelhamento técnico, burocrático e ideológico que pudesse intervir para garantir a continuação da obra de Mauá. Anydia Marchant, em livro sobre Mauá e em artigos publicados na HAHB e na RIHGB, ressalta essa falta de interesse pela sua obra.

c) A expansão da lavoura cafeeira — à qual já nos referimos — de certa maneira também vai ser responsável por um aspecto dessa crise econômica. Não pela produção, pela entrada de divisas que estão em constante elevação, apesar de oscilações no preço-ouro da saca de café, mas sim, por que vai dar origem a uma "classe" social diferente — principalmente no oeste paulista — dinâmica e empresarial, "classe" essa que vai quebrar os aspectos da economia arcaica — do antigo latifúndio escravocrata e monocultor. O aparecimento desse novo tipo de fazenda — com trabalho livre, gerido por um verdadeiro espírito empresarial — vai pôr em cheque a antiga unidade de produção, de caráter colonial e escravocrata. Essa nova empresa capitalista realmente põe em crise as antigas lavouras, graças à sua maior lucratividade. Os republicanos, como é sabido, têm grande número de adeptos nessa área do oeste paulista, podendo-se inclusive mostrar que esses fazendeiros — não escravocratas — eram grandes interessados na derrubada da Monarquia. Interessava-lhes a República e a descentralização para poderem organizar a vida institucional como bem lhes parecesse a fim de tirar a maior vantagem possível de sua economia e expansão. As instituições centralizadas e de burocracia emperrada agiam muito lentamente para lhes garantir a eficácia de seus interesses financeiros, fiscais e administrativos.

4 — *A crise social.* Sem dúvida predomina, no que toca a crise social, o problema da escravidão. Diz Cruz Costa em sua *Pequena História da República* que a "principal questão que iria conduzir o regime monárquico ao desaparecimento foi o trabalho escravo, ligado à expansão da cultura do café e à imigração européia".

a) Já nos referimos à expansão cafeeira e aos problemas que ela trouxe para a economia de características arcaicas. O migrante, sem dúvida, vai ser elemento de grande importância na modernização do País. Não entraremos em detalhes sobre a repercussão que a imigração européia teve, não só no Oeste paulista, mas também nas áreas de pequena propriedade. Apenas gostaríamos de sugerir uma possível influência dessa gente sobre as idéias republicanas, fato não estudado por nenhum autor por nós conhecido. O migrante — na vida rural ou urbana — torna-se fator de pressão para acelerar a propaganda republicana?

b) O movimento da abolição estudado por muitos autores, como Emilia Viotti da Costa, José Maria dos Santos etc. teria repercutido sobre a propaganda republicana? De início os republicanos se apresentam muito cau-

telosos. Assim, no "Manifesto Republicano" de 1870 não aparece referência ao problema, embora já no programa do Partido Liberal de 1869 apareça nitidamente, como um dos itens, o 5.º, que diz o seguinte: "Emancipação dos escravos. Consistindo na liberdade de todos os filhos de escravos que nasceram da data da lei e na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado". O programa do Partido Liberal Radical de 1868 ia ainda mais longe, falando na substituição do trabalho servil pelo livre, o que os republicanos não terão coragem de afirmar antes de 1873 no Manifesto do Congresso Republicano reunido em São Paulo, atribuindo às províncias as reformas nesse sentido "conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre". Os republicanos, na realidade, não queriam afastar de sua propaganda os escravocratas fazendeiros. Bem típica dessa atitude é a idéia cautelosa esboçada na reunião republicana realizada em janeiro de 1872 em São Paulo: "Sendo certo que o partido republicano não pode ser indiferente a uma questão altamente social, cuja solução afeta a todos os interesses, é mister entretanto ponderar que ele não tem nem terá a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo estará ela defendida por um dos partidos monárquicos" (4).

Mesmo mais tarde, os republicanos não querem tomar a iniciativa, tanto é que em São Paulo será um monarquista, Antônio Bento, quem organiza não só ideologicamente o fim da escravidão, escrevendo nos jornais *A REDENÇÃO* e *O ARADO*, mas também organizando na prática, juntamente com os caifazes, as fugas dos escravos para o quilombo de Jabaquara em Santos. Depois da abolição, grande parte da classe rural que perdeu seus escravos vai se definir pela República.

c) A crise social nas últimas décadas da Monarquia ainda se manifesta num novo equilíbrio demográfico que se vai estabelecer. Populações do Nordeste dirigem-se para a Amazônia ou para o Centro-Sul, área essa que ainda vai contar com o imigrante europeu para desbancar demograficamente as antigas regiões mais densamente povoadas. Essas novas áreas demograficamente importantes — principalmente Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro — terão papel de importância na propaganda republicana, pois aí vão surgir os partidos republicanos mais fortes e dinâmicos. Vale a pena chamar atenção para o caso de São Paulo, cujos fazendeiros — não escravocratas — lutam por modificações estruturais e institucionais, dando inclusive os primeiros presidentes civis da República.

d) Surge ainda outra questão: tem-se dito que a República teve muito a dever à classe urbana, às camadas médias ou à burguesia. Tem-se inclusive identificado o exército, que como é sabido, teve papel importante na

(4) Brasiliense, Américo — *Os programas dos partidos e o 2º Império*, São Paulo, Tlp. J. Seckler, 1878; p. 43, p. 26, p. 124 e p. 108.

proclamação e consolidação da República, com essas classes. E essas com a ajuda daqueles teriam obtido o poder. Realmente parece que nesse fim de século já existiam, na estrutura social, esses elementos referidos acima que, tendo como representante principal as classes urbanas, teriam se constituído em grupos de pressão em favor de mudanças que esperavam conseguir com a República. Estamos pensando aqui principalmente nas populações urbanas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, tendo certamente as primeiras as melhores condições para demonstrar seus interesses e lutar pela consecução dos mesmos. Essa hipótese, entretanto, não exclui uma tese de Nícia Vilela Luz, em que ela afirma que quem fez a república e queria se aproveitar da mudança de regime foi a dinâmica classe dos cafeicultores paulistas (5).

5 — Depois de termos analisado — sumariamente — os problemas institucionais, econômicos, sociais e ideológicos resta ainda analisar as crises política, militar e religiosa. A historiografia geralmente se atém muito mais aos aspectos militar, religioso e da abolição para explicar não só a propaganda da República como a queda do Império. Acreditamos, entretanto, que os aspectos apontados acima, embora sumariamente, estejam muito mais relacionados com as transformações conseguidas em 1889 que com as crises política, militar e religiosa.

A *crise política* de 1868, com a queda do gabinete Zacarias e a subida dos conservadores com Itaboraí, determinou uma reação em cadeia que levou não só à organização do programa do partido radical de 1868, do programa do partido liberal de 1869, mas também ao famoso manifesto republicano de 1870 que iniciou a propaganda aberta em prol da substituição do regime monárquico pelo republicano. O "Manifesto Republicano", na realidade, não traz nada de novo a todas as críticas que se tem feito às instituições monárquicas. Não se trata de um programa com finalidade prática, não sugere uma nova organização institucional e estrutural. Cruz Costa, com sua perspicácia, fala no "Manifesto Republicano" que "embora de limitado alcance e significação na época, seria, sem dúvida, com outras questões que daí por diante iriam surgir, mais um sintoma de inquietação". Com a publicação e divulgação do "Manifesto Republicano" houve como que uma institucionalização do descontentamento com a Monarquia. A principal preocupação do manifesto era a descentralização política e administrativa do País. O manifesto, como já se disse, entretanto, é criticado por não se referir ao problema da escravidão que no momento era o mais importante. O manifesto e a publicação do jornal de Quintino Bocayuva desencadeiam uma onda de republicanismo que terá seu resultado na criação de partidos republicanos no País.

(5) Luz, Nícia Vilela — O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano, *Revista de História*, nº 57, São Paulo, 1964

Também a idéia republicana vai sofrer as conseqüências da crise ideológica apontada acima, daí sua fragmentação em republicanismo democrático, ditatorial (apoiados principalmente pelos positivistas), revolucionário e o que crê na consecução do seu ideal pela evolução natural dos acontecimentos, aparecendo inclusive um grupo que não se interessava pelo federalismo, mas sim pela centralização. Ao lado dos republicanos — ajudando-os ou não — aparecem ainda os positivistas, aos quais já se fez referência anteriormente. Os positivistas nem sempre estão ao lado dos republicanos puros, inclusive por se tratar não raro de forças retrógradas, não modernizadoras, como por exemplo Aníbal Falcão e Silva Jardim. Ambos, na realidade, se preocupavam muito em preservar uma sociedade de origem ibérica, tendo forte dose de mensagem anti-burguesa. Aníbal Falcão mostra-se igualmente contra a imigração européia e contra a idolatria dos Estados Unidos, achando desprezível o culto ao Dolar.

6 — *A crise militar* é outro elemento que propulsionaria a queda da Monarquia. Os militares, desde o fim da guerra do Paraguai, vão tomando consciência de sua marginalização no desenvolvimento institucional do País. Não vale a pena enumerar todos os incidentes — muito bem estudados no livro de June E. Hahner, *Civilian-Military Relations in Brazil, 1889-1898* ⁽⁶⁾ — basta apenas mostrar que esses incidentes entre o governo e os militares vão tirar o apoio que esses davam à Monarquia. Tem-se dito, geralmente, que o exército representava a classe média, surgindo daí grande parte de seu descontentamento para com a Monarquia, a qual estaria identificada com os latifundiários. Os militares representariam assim as grandes insatisfações dessa classe média. Deve-se, entretanto, lembrar que, por exemplo, a marinha não compartilhava os ideais do exército, já que era de origem mais aristocrática, o que se vai tornar mais patente depois da Proclamação da República com a revolta da armada. O fato é que foram realmente as crises militares que levaram à queda do Império. É bom ainda lembrar que esses militares nem sempre estão identificados com os positivistas, como se quis fazer crer. Apenas Benjamim Constant, na Escola Militar, tinha o suficiente alcance com suas preocupações positivistas e contava com certo número de adeptos.

7 — *A crise religiosa* — Tem se atribuído ao Clero grande participação na propaganda republicana. Bohrer, em artigo publicado em 1968 na *Hispanic American Historical Review* ("The Church and the Overthrow of the Brazilian Monarchy"), sustenta a tese, muito bem funda-

(6) University of South Carolina Press, Columbia, 1969.

mentada, de que não é essa a realidade. O Clero tinha todas as razões para temer a República, já que a propaganda republicana, principalmente de jornais, sempre atacou violentamente o Clero. Da República e de seus propagandistas, Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Lúcio de Mendonça etc. podiam esperar o pior. Isso, apesar da assim chamada questão religiosa na década de 1870. Essa questão, entretanto, era mais uma questão entre regalismo e ultramontanismo, do que uma questão entre Coroa ou Maçonaria e o Clero. Apesar das repercussões dessa questão em que bispos foram presos, o Clero continuou fiel à Coroa, embora já aparecesse em seu seio a divisão entre galicanismo e ultramontanismo, reflexo, aliás, do que acontecia na Europa entre Roma e os estados. O Clero, apesar de apresentar em seu seio alguns republicanos — por exemplo, o famoso padre João Manoel, o qual, diga-se de passagem, dera vivas na Câmara à República antes de sua proclamação, e depois se desiludiu com o novo regime — estava mais propenso a apoiar o Império.

A transformação do regime monárquico para o republicano no Brasil pode ser encarada como uma crise de crescimento, crescimento econômico, crescimento social em busca de novas formas, crescimento institucional — à procura de instituições mais condizentes com a nova realidade.

Além dos problemas aventados, há ainda pelo menos um a ser assinalado: a família imperial era um símbolo do passado e de um Brasil arcaico; assim, as forças modernizadoras tinham que apoiar a República que significava renovação.

O País sem escravos podia dedicar-se à modernização, procurando resolver seus problemas. A escravidão constituía um elemento do sistema colonial e só com sua abolição puderam se desenvolver formas sociais mais modernas que não se coadunavam com o sistema monárquico que representava o passado.

Apesar da propaganda, apesar dos clubes republicanos, apesar das crises que naturalmente conduziram a uma descrença no regime monárquico, a República foi proclamada e o “povo assitiu bestializado” seu advento — é como a historiografia tradicional costuma se referir ao 15 de novembro. Foi, portanto, um movimento reformador, até certo ponto modernizador, tendo a aplicação das idéias liberais e federalistas dos republicanos favorecido a camada mais dinâmica da sociedade brasileira, ou seja, os cafeicultores do Oeste paulista. Essa camada não tardará a ocupar o poder — os três primeiros presidentes civis são paulistas — procurando organizar a vida econômica e social de tal maneira que facilitasse a realização de suas ambições caracteriza-

das por alto grau de dinamismo em todos os setores, seja no de exportação, como o aparelhamento dos portos, a ampliação da infra-estrutura viária, seja no bancário e financeiro, seja, inclusive, no campo da imigração que, além de obedecer a imperativos econômicos, facilitará o aparecimento de novas formas de vida social. Sem se esquecer uma preocupação com a industrialização... (7)

(7) Tratando-se de um rápido ensaio sobre o assunto, prescindiu-se da indicação completa de fontes e bibliografia. Informações e interpretações referentes ao tema podem ser encontrados em grande número de obras, entre as quais destacam-se as seguintes: Bello, José Maria — *História da República*, 6ª edição, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1969; Costa, Cruz — *Pequena História da República*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968; Costa, Emília Viotti da — *Sobre as Origens da República*, *Anais do Museu Paulista*, XVIII, S. Paulo, 1964; Vianna, Oliveira — *O Ocaso do Império*, Companhia Melhoramentos, S. Paulo, s.d.; Holanda, Sérgio Buarque de — *O Brasil Monárquico, Do Império à República*, *História Geral da Civilização Brasileira*, Difel, S. Paulo, 1972; Lyra, Heitor — *História da Queda do Império*, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1964; Boehrer, George C. A. — *Da Monarquia à República*, *História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro; Calógeras, J. Pandiá — *A Política Monetária do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960.